SUMÁRIO

Abreviaturas XXXI

Introdução 1
1 Esferas de normatização da conduta humana 1
2 Direito 2
3 Direito Constitucional 3

Capítulo 1 – Constitucionalismo 7
1 Conceito 7
2 Histórico 7
2.1 Ciência do Direito comparado 7
2.1.1 Constitucionalismo antigo 8
2.1.2 Constitucionalismo grego 8
2.1.3 Constitucionalismo romano 8
2.1.4 Constitucionalismo medieval 8
2.1.5 Constitucionalismo moderno 9
2.1.6 Constitucionalismo liberal 9
2.1.7 Constitucionalismo social 10
2.1.8 Constitucionalismo contemporâneo 10
2.2 Direito Positivo brasileiro 11
2.2.1 Constituição de 1824 12
2.2.2 Constituição de 1891 12
2.2.3 Constituição de 1934 13
2.2.4 Constituição de 1937 13
2.2.5 Constituição de 1946 14
2.2.6 Constituição de 1967 14
2.2.7 Constituição de 1988 15
3 Instrumentos ou Mecanismos 15
3.1 Direitos fundamentais 15
3.2 Controle de constitucionalidade 16
3.3 Federalismo estatal 16
3.4 Freios e contrapesos 16
4 Dimensões do Constitucionalismo 17
4.1 Garantismo 17
4.2 Transconstitucionalismo 18
4.3 Neoconstitucionalismo 18
Questões 19

Capítulo 2 – Poder constituinte 21
1 Conceito 21
2 Teorização 22
3 Natureza 22
4 Titularidade e exercício 23
4.1 Titularidade 24
4.2 Exercício 25
5 Classificação 25
5.1 Poder constituinte originário 27
5.1.1 Inicialidade 27
5.1.1.1 Efeito do exercício do poder constituinte originário sobre a Constituição anterior 28
5.1.1.2 Efeito do exercício do poder constituinte originário sobre a Legislação anterior 29
5.1.2 Ilimitação 32
5.1.2.1 Conflito entre normas constitucionais 33
5.1.2.2 Conflito entre normas constitucionais e internacionais 35
5.1.3 Incondicionamento 39
5.1.3.1 Formas de expressão 39
5.1.3.2 Meios de expressão 41
5.2 Poder constituinte derivado reformador 41
5.2.1 Derivação 41
5.2.2 Limitação 44
5.2.3 Condicionamento 51
5.3 Poder constituinte derivado decorrente institucionalizador 53
5.3.1 Derivação 53
5.3.2 Limitação 57
5.3.3 Condicionamento 60
5.4 Poder constituinte derivado decorrente de reforma estadual 60
5.4.1 Derivação 60
5.4.2 Limitação 61
5.4.3 Condicionamento 61
6 Conclusão 62
Questões 64

Capítulo 3 – Teoria da Constituição 65
1 Conceito 65
2 Histórico 66
3 Natureza jurídica 68
3.1 Constituição em sentido sociológico 68
3.2 Constituição em sentido político 68
3.3 Constituição em sentido estritamente jurídico 69
3.4 Observação complementar 69
4 Funções 70
5 Objeto 71
6 Elementos 72
7 Tipologia 73
7.1 Classificação quanto à forma da Constituição 73
7.2 Classificação quanto ao objeto da Constituição 74
7.3 Classificação quanto à origem da Constituição 74
7.4 Classificação quanto ao modo de elaboração da Constituição 75
7.5 Classificação quanto à dogmática da Constituição 75
7.6 Classificação quanto ao modelo da Constituição 75
7.7 Classificação quanto ao sistema da Constituição 76
7.8 Classificação quanto à extensão da Constituição 76

7.9 Classificação quanto à estabilidade da Constituição ... 77
7.10 Classificação quanto à análise ontológica da concordância entre as normas constitucionais e a realidade política ... 77
8 Conclusão ... 78
Questões ... 79

Capítulo 4 – Normas constitucionais ... 81
1 Conceito ... 81
2 Classificação quanto ao conteúdo das normas constitucionais ... 82
3 Classificação quanto à finalidade das normas constitucionais ... 83
4 Classificação quanto à eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais ... 84
4.1 Classificação bipartida das normas constitucionais ... 86
4.2 Classificação tripartida das normas constitucionais ... 87
4.3 Classificação quadripartida das normas constitucionais ... 89
4.4 Desenvolvimento e efetivação das normas constitucionais ... 89
5 Classificação quanto à estrutura das normas constitucionais ... 92
5.1 Regras constitucionais ... 95
5.2 Princípios constitucionais ... 96
5.2.1 Princípios constitucionais fundamentais ... 99
5.2.2 Princípios constitucionais gerais ... 99
5.2.3 Princípios constitucionais setoriais ... 102
5.2.3.1 Princípios constitucionais especiais de Direito Administrativo ... 102
5.2.3.2 Princípios constitucionais especiais de Direito Ambiental ... 104
5.2.3.3 Princípios constitucionais especiais de Direito Civil ... 105
5.2.3.4 Princípios constitucionais especiais de Direito Eleitoral ... 106
5.2.3.5 Princípios constitucionais especiais de Direito Empresarial ... 107
5.2.3.6 Princípios constitucionais especiais de Direito Penal ... 108
5.2.3.7 Princípios constitucionais especiais de Direito Previdenciário ... 109
5.2.3.8 Princípios constitucionais especiais de Direito Processual ... 110
5.2.3.9 Princípios constitucionais especiais de Direito Trabalhista ... 111
5.2.3.10 Princípios constitucionais especiais de Direito Tributário ... 113
Questões ... 114

Capítulo 5 – Interpretação constitucional ... 117
1 Conceito ... 117
2 Particularidades na interpretação constitucional ... 119
3 Princípios de interpretação constitucional ... 120
3.1 Princípio da supremacia da Constituição ... 121
3.2 Princípio da unidade da Constituição ... 123
3.3 Princípio da correção funcional ... 124
3.4 Princípio da interpretação conforme a Constituição ... 124
3.5 Princípio da presunção de constitucionalidade ... 125
3.6 Princípio da eficácia integradora ... 126
3.7 Princípio da máxima efetividade ... 126
3.8 Princípio da proporcionalidade ... 127
4 Métodos de interpretação constitucional ... 129
4.1 Métodos clássicos de interpretação constitucional ... 130
4.1.1 Interpretação legislativa, administrativa, judicial e doutrinária ... 130
4.1.2 Interpretação gramatical, histórica, sistemática, lógica e teleológica ... 130
4.1.3 Interpretação declarativa, restritiva e extensiva ... 131
4.2 Métodos modernos de interpretação constitucional ... 131
4.2.1 Método científico-espiritual ... 132
4.2.2 Método tópico-problemático ... 132
4.2.3 Método normativo-estruturante ... 133
4.2.4 Método hermenêutico-concretizador ... 133
Questões ... 134

Capítulo 6 – Teoria dos direitos fundamentais 137
1 Conceito 137
1.1 Natureza 137
1.2 Positivação 138
1.3 Titularidade 138
1.4 Eficácia 139
2 Fundamentação 141
2.1 Teoria realista 141
2.2 Teorias juspositivistas 142
2.3 Teorias jusnaturalistas 142
3 Características 143
3.1 Inalienabilidade 143
3.2 Historicidade 143
3.3 Relatividade 145
4 Tipologia 148
4.1 Critério formal 148
4.2 Critério material 149
5 Proteção 150
5.1 Proteção normativa 150
5.2 Proteção institucional 151
5.3 Proteção processual 152
5.3.1 Garantias constitucionais 152
5.3.2 Remédios constitucionais 153
5.3.2.1 Tutela dos direitos fundamentais em gênero 153
5.3.2.2 Tutela dos direitos fundamentais em espécie 154
Questões 155

Capítulo 7 – Direitos individuais 157
1 Conceito 157
2 Vida 157
2.1 Direito à vida 157
2.2 Direitos à integridade física 160
2.2.1 Direito ao próprio corpo 160
2.2.2 Direito às partes separadas do corpo 160
2.3 Direitos à integridade moral 161
2.3.1 Direito à intimidade 162
2.3.2 Direito à privacidade 162
2.3.3 Direito à honra 163
2.3.4 Direito à imagem 164
3 Liberdade 164
3.1 Direito à liberdade 164
3.2 Direito à liberdade de ação 164
3.3 Direito à liberdade de locomoção 165
3.4 Direito à liberdade profissional 165
3.5 Direitos à liberdade de pensamento 166
3.5.1 Direito à liberdade de consciência e crença 166
3.5.2 Direito à liberdade de expressão ou manifestação 167
4 Igualdade 168
4.1 Direito à igualdade formal ou jurídica 168
4.2 Direito à igualdade material ou real 168
5 Propriedade 174
5.1 Direito de propriedade 174
5.2 Direito de propriedade hereditária 175
5.3 Direitos de propriedade intelectual 175
5.3.1 Direito de propriedade autoral 175
5.3.2 Direito de propriedade industrial 176

6 Segurança ... 176
6.1 Direito à segurança ... 177
6.2 Direito à segurança das relações jurídicas ... 177
6.3 Direito à segurança do domicílio ... 178
6.4 Direito à segurança das comunicações pessoais ... 179
6.5 Direito à segurança em matéria penal ... 179
6.6 Direito à segurança em matéria tributária ... 180
Questões ... 180

Capítulo 8 – Direitos coletivos ... 183
1 Conceito ... 183
2 Direito de reunião ... 183
3 Direito de associação ... 184
4 Direito do consumidor ... 185
5 Direito à Ciência ... 185
6 Direito de comunicação ... 186
7 Direito ao meio ambiente ... 186
Questões ... 187

Capítulo 9 – Direitos sociais ... 189
1 Conceito ... 189
2 Direitos sociais em sentido estrito ou restrito ... 190
2.1 Direito à moradia ... 190
2.2 Direito à alimentação ... 191
2.3 Direito ao transporte ... 191
2.4 Direito à renda mínima ... 191
2.5 Direitos à seguridade social ... 192
2.5.1 Direito à saúde ... 192
2.5.2 Direito à previdência social ... 193
2.5.3 Direito à assistência social ... 193
2.6 Direitos particulares ... 194
2.6.1 Direitos da família ... 194
2.6.2 Direitos dos índios ... 195
2.6.3 Direitos das crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiência ... 195
3 Direitos sociais de natureza econômica ... 196
3.1 Direito ao trabalho ... 196
3.2 Direitos dos trabalhadores ... 196
4 Direitos sociais de natureza cultural ... 201
4.1 Direito à cultura ... 201
4.2 Direito ao desporto ... 201
4.3 Direito à educação ... 202
Questões ... 207

Capítulo 10 – Direito à nacionalidade ... 209
1 Conceito ... 209
2 Natureza jurídica ... 209
3 Modos de aquisição, perda e reaquisição ... 210
3.1 Aquisição da nacionalidade ... 212
3.1.1 Nacionalidade originária ... 213
3.1.2 Nacionalidade derivada ... 215
3.2 Perda da nacionalidade ... 217
3.3 Reaquisição da nacionalidade ... 217
4 Condição jurídica do estrangeiro no Brasil ... 218
Questões ... 220

Capítulo 11 – Direitos políticos 223
1 Conceito 223
2 Direito de votar 224
3 Direito de ser votado 227
4 Direito ao cargo 230
5 Direito no cargo 231
Questões 231

Capítulo 12 – Garantias constitucionais 233
1 Conceito 233
2 Tipologia 233
2.1 Classificação bipartida das garantias constitucionais 234
2.2 Classificação tripartida das garantias constitucionais 234
2.3 Classificação quadripartida das garantias constitucionais 235
2.4 Classificação quinquipartida das garantias constitucionais 236
2.4.1 Garantias constitucionais dos direitos individuais 236
2.4.2 Garantias constitucionais dos direitos coletivos 238
2.4.3 Garantias constitucionais dos direitos sociais 238
2.4.4 Garantias constitucionais do direito à nacionalidade 238
2.4.5 Garantias constitucionais dos direitos políticos 239
Questões 240

Capítulo 13 – *Habeas corpus* 241
1 Conceito 241
2 Natureza jurídica 243
3 Condições da ação 244
3.1 Condições genéricas da ação 245
3.1.1 Possibilidade jurídica do pedido 245
3.1.2 Interesse de agir 246
3.1.3 Legitimidade *ad causam* 246
3.1.4 Justa causa 247
3.2 Condições específicas da ação 247
3.2.1 Violência ou coação 247
3.2.2 Ilegalidade ou abuso de poder 249
3.2.2.1 Falta de justa causa 249
3.2.2.2 Excesso de prazo 249
3.2.2.3 Incompetência do coator 249
3.2.2.4 Cessação do motivo 250
3.2.2.5 Inadmissão da fiança 250
3.2.2.6 Nulidade do processo 250
3.2.2.7 Extinção da punibilidade 250
4 Objeto 251
5 Competência 251
6 Partes 254
7 Decisão 255
Questões 255

Capítulo 14 – Mandado de segurança 257
1 Conceito 257
2 Mandado de segurança individual 258
2.1 Natureza jurídica 258
2.2 Condições específicas da ação 259
2.2.1 Direito líquido e certo 260
2.2.2 Ato coator 260
2.2.2.1 Natureza do ato impugnado 261

2.2.2.2 Autoridade coatora 264
2.2.2.3 Ilegalidade ou abuso de poder 266
2.3 Objeto 267
2.4 Competência 267
2.5 Partes 269
2.6 Decisão 271
3 Mandado de segurança coletivo 275
3.1 Natureza jurídica 276
3.2 Condições específicas da ação 277
3.3 Objeto 277
3.4 Competência 279
3.5 Partes 279
3.6 Decisão 282
Questões 283

Capítulo 15 – Mandado de Injunção 285
1 Conceito 285
2 Natureza jurídica 286
3 Condições específicas da ação 287
3.1 Direito subjetivo constitucional 287
3.2 Norma regulamentadora 289
3.3 Nexo de causalidade 290
4 Objeto 291
5 Competência 294
6 Partes 295
7 Decisão 297
Questões 298

Capítulo 16 – *Habeas data* 301
1 Conceito 301
2 Natureza jurídica 303
3 Condição específica da ação 303
4 Objeto 306
5 Competência 308
6 Partes 309
7 Decisão 309
Questões 310

Capítulo 17 – Ação popular 313
1 Conceito 313
2 Natureza jurídica 313
3 Condições específicas da ação 314
3.1 Ilegalidade, ilegitimidade ou ilicitude 314
3.2 Lesividade 315
4 Objeto 316
5 Competência 317
6 Partes 318
7 Decisão 320
Questões 321

Capítulo 18 – Ação civil pública 323
1 Conceito 323
2 Natureza jurídica 325
3 Condição específica da ação 327
3.1 Definição 327

3.2 Características 328
3.3 Fases 329
3.3.1 Instauração 329
3.3.2 Instrução 329
3.3.3 Encerramento 330
4 Objeto 331
5 Competência 331
6 Partes 332
7 Decisão 333
Questões 334

Capítulo 19 – Teoria do Estado 337
1 Conceito 337
2 Retrospectiva do Estado 338
3 Perspectiva do Estado 341
3.1 Elemento humano 341
3.2 Elemento territorial 342
3.3 Elemento formal 344
3.3.1 Características do poder político 345
3.3.2 Formas do poder político 345
3.3.3 Tipos do poder político 346
3.3.4 Divisão do poder político 346
3.3.4.1 Divisão territorial 347
3.3.4.2 Divisão funcional 347
3.3.5 Atributos do poder político 347
3.3.5.1 Conceito 348
3.3.5.2 Titularidade 348
3.3.5.3 Espécies 349
3.3.5.4 Relativização 350
4 Prospectiva do Estado 350
Questões 352

Capítulo 20 – Formas de Estado 355
1 Conceito 355
2 Estado federal 356
2.1 Histórico 357
2.2 Tipologia 357
2.3 Características 358
2.3.1 União de entidades políticas autônomas, simbolizada pelo vínculo indissolúvel entre os entes federativos, revestidos de auto-organização, autogoverno e autoadministração 359
2.3.2 Bicameralismo, de maneira a possibilitar a participação da vontade parcial (regional) na formação da vontade geral (nacional) 359
2.3.3 Repartição constitucional de competências 360
2.3.4 Existência de órgão competente para a promoção do controle de constitucionalidade de leis e atos normativos em face da Constituição 363
2.3.5 Limitações ao poder constituinte derivado 364
2.3.6 Intervenção federal 365
2.3.6.1 Natureza jurídica 365
2.3.6.2 Características 365
2.3.6.3 Extensão 366
2.3.6.4 Pressupostos materiais 367
2.3.6.5 Requisitos formais 373
2.3.6.6 Observações complementares 374
Questões 375

Capítulo 21 – União 377
1 Conceito 377
2 Histórico 378
3 Bens 378
4 Competências 379
4.1 Competências administrativas 379
4.2 Competências legislativas 383
4.3 Competências tributárias 386
Questões 387

Capítulo 22 – Estado 389
1 Conceito 389
2 Histórico 389
3 Bens 390
4 Competências 391
4.1 Competências administrativas 391
4.2 Competências legislativas 392
4.3 Competências tributárias 393
Questões 393

Capítulo 23 – Município 395
1 Conceito 395
2 Histórico 395
3 Bens 396
4 Competências 397
4.1 Competências administrativas 397
4.2 Competências legislativas 398
4.3 Competências tributárias 399
Questões 399

Capítulo 24 – Distrito Federal 401
1 Conceito 401
2 Histórico 401
3 Bens 402
4 Competências 403
Questões 403

Capítulo 25 – Funções do Estado 405
1 Conceito 405
1.1 Critério objetivo 406
1.2 Critério subjetivo 406
2 Função legislativa 407
2.1 Características 407
2.2 Princípios 408
2.3 Tipologia 408
3 Função administrativa 408
3.1 Características 409
3.2 Princípios 409
3.3 Tipologia 410
4 Função jurisdicional 410
4.1 Características 411
4.2 Princípios 412
4.3 Tipologia 412
5 Observações complementares 413
Questões 414

Capítulo 26 – Poder Legislativo 417
1 Conceito 417
2 Estrutura 418
2.1 Mesas 418
2.1.1 Mesa do Congresso Nacional 418
2.1.2 Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal 419
2.2 Comissões 419
2.2.1 Comissões permanentes 420
2.2.2 Comissões temporárias 420
2.3 Serviços administrativos e guardas legislativas 421
3 Funcionamento 421
3.1 Atribuição representativa 421
3.2 Atribuição investigatória 422
3.2.1 Investigação financeiro-orçamentária 422
3.2.2 Investigação político-administrativa 424
3.2.2.1 Pressupostos materiais 424
3.2.2.2 Requisitos formais 424
3.2.2.3 Limites de atuação 425
3.2.2.4 Meios de investigação 426
3.3 Atribuição legislativa 430
3.3.1 Processo legislativo 430
3.3.1.1 Iniciativa 431
3.3.1.2 Discussão 431
3.3.1.3 Votação 432
3.3.1.4 Sanção ou veto 432
3.3.1.5 Promulgação 433
3.3.1.6 Publicação 433
3.3.2 Espécies normativas 434
3.3.2.1 Emenda à Constituição 434
3.3.2.2 Lei complementar 435
3.3.2.3 Lei ordinária 436
3.3.2.4 Lei delegada 437
3.3.2.5 Decreto legislativo 437
3.3.2.6 Resolução 438
3.3.2.7 Medida provisória 438
3.4 Garantias dos membros do Poder Legislativo 445
3.4.1 Identidade de retribuição pecuniária 446
3.4.2 Isenção do serviço militar 446
3.4.3 Limitação do dever de testemunhar 446
3.4.4 Prerrogativa de foro especial 446
3.4.5 Imunidades parlamentares 447
3.4.5.1 Imunidade parlamentar material 447
3.4.5.2 Imunidade parlamentar formal 448
3.4.5.3 Extensão espacial, funcional e temporal 449
Questões 450

Capítulo 27 – Poder Executivo 453
1 Conceito 453
2 Estrutura 454
2.1 Presidência da República 454
2.1.1 Aquisição do mandato presidencial 454
2.1.2 Duração do mandato presidencial 455
2.1.3 Perda do mandato presidencial 456
2.1.3.1 Extinção do mandato presidencial 456
2.1.3.2 Cassação do mandato presidencial 456

2.2 Vice-Presidência da República ... 464
2.3 Ministérios de Estado ... 464
2.4 Conselho da República ... 465
2.5 Conselho de Defesa Nacional ... 466
3 Funcionamento ... 466
3.1 Chefia de Estado ... 466
3.2 Chefia de Governo ... 466
3.3 Direção superior da Administração Pública ... 467
3.4 Garantias do Chefe do Poder Executivo ... 469
Questões ... 469

Capítulo 28 – Poder Judiciário ... 471
1 Conceito ... 471
2 Estrutura ... 472
2.1 Supremo Tribunal Federal ... 472
2.2 Superior Tribunal de Justiça ... 474
2.3 Justiça Federal Comum ... 476
2.4 Justiça do Trabalho ... 477
2.5 Justiça Eleitoral ... 478
2.6 Justiça Militar Federal ... 480
2.7 Justiça Estadual Comum ... 481
2.8 Justiça Militar Estadual ... 482
2.9 Conselho Nacional de Justiça ... 482
3 Funcionamento ... 485
3.1 Transcendência ... 486
3.2 Celeridade processual ... 488
3.3 Publicidade dos atos processuais ... 489
3.4 Pluralidade dos meios de acesso à justiça ... 490
3.5 Federalização das graves violações de direitos humanos ... 490
3.6 Precedente judicial e súmula de tribunal de aplicação obrigatória ... 491
3.6.1 Origem ... 492
3.6.2 Natureza ... 493
3.6.3 Tipologia ... 494
3.6.4 Validade ... 495
3.6.5 Pressupostos ... 497
3.6.6 Requisitos ... 497
3.6.7 Alcance ... 498
3.7 Garantias dos membros do Poder Judiciário ... 499
3.7.1 Vitaliciedade ... 499
3.7.2 Inamovibilidade ... 499
3.7.3 Irredutibilidade de subsídio ... 500
Questões ... 500

Capítulo 29 – Organização dos Poderes dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal ... 503
1 Conceito ... 503
2 Princípios constitucionais ... 504
3 Regras de Organização dos Estados, dos Municípios e/ou do Distrito Federal ... 505
3.1 Estados ... 505
3.2 Municípios ... 505
3.3 Distrito Federal ... 506
4 Regras de organização da União extensíveis, de forma simétrica, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal ... 506
4.1 Poder Legislativo ... 506
4.2 Poder Executivo ... 507

4.3 Poder Judiciário 508
Questões 509

Capítulo 30 – Funções essenciais à justiça 511
1 Conceito 511
2 Advocacia Pública 512
3 Defensoria Pública 513
4 Ministério Público 514
4.1 Posicionamento constitucional 514
4.2 Princípios institucionais 515
4.3 Estrutura orgânica 516
4.4 Regime jurídico 518
4.5 Campo de atuação 519
4.6 Funções institucionais 520
4.6.1 Ação penal pública 521
4.6.2 Fiscalização da regularidade dos serviços públicos 521
4.6.3 Inquérito civil e ação civil pública 522
4.6.4 Instrumentos de jurisdição constitucional orgânica 523
4.6.5 Proteção dos interesses das populações indígenas 523
4.6.6 Poder de requisição 524
4.6.7 Controle externo da atividade policial 525
4.6.8 Garantias dos membros do Ministério Público 527
Questões 527

Capítulo 31 – Mecanismos constitucionais de defesa do Estado 529
1 Conceito 529
2 Estado de defesa 530
2.1 Pressupostos 530
2.2 Requisitos 530
2.3 Instituição 531
2.4 Controle 531
2.5 Extinção 532
3 Estado de sítio 532
3.1 Pressupostos 532
3.2 Requisitos 532
3.3 Instituição 533
3.4 Controle 533
3.5 Extinção 534
4 Outros mecanismos constitucionais de defesa do Estado 534
4.1 Mecanismos franco-germânicos 534
4.1.1 Suspensão da Constituição 535
4.1.2 Poderes extraordinários do Presidente da República 535
4.2 Mecanismos anglo-saxônicos 535
4.2.1 Suspensão do *habeas corpus* 536
4.2.2 Lei marcial 536
Questões 536

Capítulo 32 – Controle de constitucionalidade 539
1 Conceito 539
2 Histórico 540
3 Pressupostos 541
4 Natureza do ato inconstitucional e da decisão de inconstitucionalidade 544
5 Tipologia da inconstitucionalidade 545
5.1 Inconstitucionalidade material e inconstitucionalidade formal 545
5.2 Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão 547
5.3 Inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente 549

5.4 Inconstitucionalidade total e inconstitucionalidade parcial 549
5.5 Inconstitucionalidade antecedente e inconstitucionalidade consequente 550
6 Espécies de controle de constitucionalidade 550
7 Modalidades de controle de constitucionalidade 551
8 Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade 553
Questões 555

Capítulo 33 – Arguição de inconstitucionalidade 557
1 Conceito 557
2 Cabimento 558
3 Iniciativa 562
4 Competência 563
5 Procedimento 566
6 Decisão 567
6.1 Declaração de inconstitucionalidade 567
6.2 Suspensão de execução 568
6.3 Coisa julgada 576
Questões 577

Capítulo 34 – Ação direta de inconstitucionalidade 579
1 Conceito 579
2 Natureza jurídica 579
3 Cabimento 582
3.1 Emenda à Constituição 584
3.2 Lei complementar 585
3.3 Lei ordinária 586
3.4 Lei delegada 587
3.5 Decreto legislativo 588
3.6 Resolução 588
3.7 Medida provisória 589
3.8 Observações complementares 591
3.8.1 Decreto 591
3.8.2 Regimento de tribunal 593
3.8.3 Resolução e deliberação administrativas 593
3.8.4 Convenção e acordo coletivos de trabalho e sentença normativa 594
3.8.5 Parecer da Consultoria-Geral da República 595
3.8.6 Enunciado de súmula de jurisprudência predominante 596
3.8.7 Lei ou ato normativo municipal 596
3.8.8 Lei ou ato normativo estrangeiro 598
3.8.9 Revogação intercorrente 599
3.8.10 Fungibilidade entre ações diretas de controle abstrato ou principal 600
4 Legitimação ativa 601
4.1 Presidente da República 603
4.2 Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados 604
4.3 Mesas de Assembleia Legislativa e da Câmara Legislativa 604
4.4 Governador de Estado e do Distrito Federal 605
4.5 Procurador-Geral da República 605
4.6 Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil 607
4.7 Partido político com representação no Congresso Nacional 607
4.8 Confederação sindical 608
4.9 Entidade de classe de âmbito nacional 609
4.10 Observações complementares 610
4.10.1 Representação judicial 610
4.10.2 Pluralidade de partes 611
4.10.2.1 Litisconsórcio 612

4.10.2.2 Intervenção de terceiros 612
4.10.2.3 Colaborador informal da Corte 613
4.10.3 Atuação processual do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União 616
5 Procedimento 617
5.1 Petição inicial 617
5.2 Despacho liminar 619
5.3 Informações 620
5.4 Manifestação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União 620
5.5 Dilação probatória 621
5.6 Acórdão 622
6 Medida liminar 622
7 Decisão 624
7.1 Eficácia pessoal 624
7.2 Eficácia temporal 628
Questões 639

Capítulo 35 – Ação declaratória de constitucionalidade 641
1 Conceito 641
2 Natureza jurídica 642
3 Objeto 643
4 Legitimação ativa 644
5 Procedimento 645
5.1 Petição inicial 645
5.2 Despacho liminar 646
5.3 Informações 646
5.4 Manifestação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União 646
5.5 Dilação probatória 647
5.6 Acórdão 647
6 Medida liminar 647
7 Decisão 648
Questões 649

Capítulo 36 – Ação direta de inconstitucionalidade por omissão 651
1 Conceito 651
2 Natureza jurídica 652
3 Cabimento 653
4 Legitimação ativa 653
5 Procedimento 654
5.1 Petição inicial 654
5.2 Despacho liminar 654
5.3 Informações 654
5.4 Manifestação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União 654
5.5 Dilação probatória 655
5.6 Acórdão 655
6 Medida liminar 655
7 Decisão 655
Questões 658

Capítulo 37 – Ação direta de inconstitucionalidade interventiva 661
1 Conceito 661
2 Natureza jurídica 662
3 Cabimento 664
4 Legitimação ativa 664
5 Procedimento 665

5.1 Petição inicial ... 665
5.2 Despacho liminar ... 665
5.3 Informações ... 666
5.4 Manifestação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União ... 666
5.5 Dilação probatória ... 666
5.6 Acórdão ... 666
6 Medida liminar ... 666
7 Decisão ... 667
Questões ... 668

Capítulo 38 – Arguição de descumprimento de preceito fundamental ... 671
1 Conceito ... 671
2 Natureza jurídica ... 674
3 Cabimento ... 676
4 Legitimação ativa ... 677
5 Procedimento ... 679
5.1 Petição inicial ... 679
5.2 Despacho liminar ... 679
5.3 Informações ... 680
5.4 Manifestação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União ... 680
5.5 Dilação probatória ... 680
5.6 Acórdão ... 680
6 Medida liminar ... 681
7 Decisão ... 681
Questões ... 682

Capítulo 39 – Controle de constitucionalidade no plano estadual ... 685
1 Conceito ... 685
2 Controle incidental ... 685
3 Controle principal ... 686
3.1 Natureza jurídica ... 687
3.2 Cabimento ... 688
3.3 Legitimação ativa ... 690
3.4 Procedimento ... 692
3.5 Medida liminar ... 692
3.6 Decisão ... 692
Questões ... 693

Capítulo 40 – Orçamento ... 695
1 Conceito ... 695
2 Natureza ... 695
3 Funções ... 696
4 Elaboração ... 697
5 Gestão ... 697
6 Vertentes ... 697
6.1 Receita ... 697
6.2 Despesa ... 698
7 Fiscalização ... 699
7.1 Modalidades ... 699
7.2 Espécies ... 699
7.3 Objeto ... 699
Questões ... 699

Capítulo 41– Ordem econômica e financeira ... 701
1 Conceito ... 701

2 Princípios 701
2.1 Subsidiariedade do Estado 702
2.2 Igualdade econômica 702
2.3 Desenvolvimento econômico 702
2.4 Democracia econômica 702
2.5 Liberdade de iniciativa 702
3 Formas 702
3.1 Intervenção do Estado na propriedade 703
3.2 Intervenção do Estado no domínio econômico 703
4 Mecanismos 703
4.1 Planejamento 703
4.2 Fomento público 704
4.3 Prevenção e repressão ao abuso do poder econômico 704
4.4 Exploração direta de atividade econômica 705
5 Redução 705
5.1 Desestatização 705
5.1.1 Privatização 705
5.1.2 Terceirização 705
5.1.3 Delegação 705
5.1.4 Gestão associada de funções públicas 706
5.2 Regulação 706
Questões 707

Capítulo 42 – Ordem social 709
1 Conceito 709
2 Primado do trabalho 709
3 Bem-estar social 710
4 Justiça social 710
5 Divisão da matéria 710
Questões 711

Bibliografia 713

Índice Remissivo 819